

NOS LIMITES DA LEI: ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E OS EMPECILHOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO.

Jadson Pereira Vieira (UEPB)¹

Maria Regina Alves dos Reis (UEPB)²

Patrícia Cristina Araujo Aragão (UEPB)³

Este trabalho nasce de um debate que evolui a implantação do ensino de História da África e cultura afro-brasileira e indígena, que é algo inerente as novas perspectivas que se lançam sobre o pensar da estruturação educacional brasileira. Lembrando que tal análise estrutura-se em consequência das conquistas de grupos sociais simpatizantes de tal causa, bem como, movimentos sociais organizados (movimento Negro e indígena) que historicamente vem lutando por políticas públicas afirmativas de valorização de sua cultura. Nossa metodologia de trabalho esta assegurada pela lei 10.639/03, que assegura a plenitude de igualdade de direitos de tais grupos étnicos na representação curricular na escola brasileira e nos dados obtidos no projeto de extensão, que nos mostram que tal Lei está longe de ser plenamente aplicada em muitas escolas. A partir deste ponto, buscamos construir uma proposta curricular local (Paraíba) que envolva tal abrangência curricular. Até o momento temos dados preliminares que nos permitem identificar os caminhos que devemos seguir e as fragilidades existentes nas escolas e nos estudantes atendidos. Deste modo, buscaremos apresentar nossas impressões e resultados obtidos através dos questionários aplicados em escolas (de ensino fundamental segunda fase e Médio) da rede estadual de ensino na Paraíba, apontando o significativo desconhecimento da Lei supracitada pelos estudantes como um problema curricular que precisa ser sanado e a partir da suas repostas traçar os motivos pelos quais os mesmos a desconhecem.

Palavras-chave: História da África, lei 10639/03, problemas de implantação.

¹ Graduando em História, Pesquisador PROPESQ.

e-mail: jadsonpv@gmail.com

² Graduanda em História, pesquisadora PROPESQ

e-mail: reginareishistoriadora@gmail.com

³ professora doutora em educação, vinculada ao departamento (DH) de História da UEPB.

e-mail: Cristina-aragao21@hotmail.com

CULTURA AFRO-BRASILEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS.

A formação histórica brasileira apresenta-nos vários aspectos que nos condicionam as possibilidades de análise crítica que são significativamente profundas, neste sentido se faz necessário, pensarmos como se deu a presença da cultura dos povos africanos em nosso território e como esta se caracterizou processo, mostrando-a como consequência direta da diáspora negra da Era moderna, condicionada por um modelo mercantilista pautado na subordinação e nos determinismos geográficos e biológicos.

Deste modo, pensar a contribuição étnica negra para nossa sociedade é um exercício de análise dos inúmeros fatores que estão atrelados a história destes povos em nossa cultura, apresentando os pontos positivos e heróicos de sua presença em nossa construção histórica como bem fez nossa historiografia tradicional. Mais também, temos que pensar esta presença, como uma realidade de discriminação que fez e ainda faz parte da realidade social do povo negro.

Neste sentido é preciso que pensarmos nas “políticas afirmativas”, como uma forma de compensação do prejuízo causado pela cultura dominante (eurocêntrica) a estes grupos afro-descendentes que encontramos em nossas relações sociais. Deste modo quando fazemos os mais diversos recortes temporais na história do Brasil podemos encontrar formas opressoras de trato para com estas este segmento social e étnico.

O período do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram momentos fundamentais no desenvolvimento do pensamento ocidental, e neles se assistiu à difusão do racismo científico que associava raça a cultura (SILVA, 2007, p.1400)

Deste modo torna-se fundamental analisarmos as políticas governamentais que o Brasil lançou no período citado para vislumbrarmos os modos e formas de segregação racial em um período que em que teoricamente o racismo deveria ter diminuído em consequência a libertação dos escravizados brasileiros. No entanto, é a partir daí que percebemos que em história os acontecimentos não são lineares, pois se percebemos em alguns aspectos rupturas, noutros lidamos com as continuidades presentes em nossa sociedade.

O notável é que este se mostra apenas um exemplo, mas que nos faz lembrar que em outros momentos da história brasileira, foram elaboradas políticas higienísticas

discriminando o povo negro e estas foram lançadas para justificar as injustiças lançadas sob a cultura afro-brasileira. Podemos tomar como pertinente as afirmações elaboradas por CERRI (2007) quando este enfatiza que:

O Brasil é um país com uma grande diversidade étnico-racial, resultado da formação socioeconômica que o colonizou. Aqui, divisão étnica coincidiu com divisões raciais. Assim, o binômio branco/negro representou também livre/escravo, pobre/rico e uma série de outras adjetivações que qualificavam os grupos sociais opostos. As diferenças culturais e físicas foram usadas como lógica da dominação criada ao longo de quase quatro séculos (SILVA, 2007, p.139).

Tentativas de branqueamento e mudanças das formas de pensar foi às principais estratégias utilizadas para promover o branqueamento destes povos, tal atitude seria como se após o período da escravização fosse necessária uma redefinição de padrões genéticos da população brasileira (torná-los brancos) como forma de se constituir uma estrutura civilizatória, dita mais evoluída aos olhos do mundo, estas idéias atreladas a construções representativas que se lançavam enquanto modelo de verdade absoluta a ser seguido. E assim, *“considerando que não há pratica ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo”* (CHARTIER, 2002, p. 66).

O DESAFIO DE UM ENSINO MULTICULTURAL

Pensar o ensino na perspectiva multicultural é algo extremamente pertinente quando questionamos o modelo de ensino que atualmente é usado e sua direta relação com a prática pedagógica ligada às diretrizes nacionais e a história e cultura afro-brasileira. Diante desta situação, vemos que a temática multicultural requer maior atenção do historiador, pois o mesmo, se constituindo enquanto um fomentador de criticidade dos estudantes não pode negligenciar a História cultural e, sobretudo neste aspecto a cultura afro-brasileira e Indígena enquanto elemento de promoção de uma melhor qualidade no ensino, tendo esta compreensão torna-se mais fácil lidar com a gama heterogenia que está presente na escola.

É necessário formar alunos/alunas multiculturais, usando sua excreção. Para uma sociedade também multicultural para assim atuar na sociedade livre de preconceito e sendo capazes de lutar contra as desigualdades cultural, sexista e política. (FOSECA, 2005, p.10)

Como mostra Fonseca (2005), tal realidade de torna-se evidente, pois na vivencia diária do professor se depara com questionamentos que atentam para esta

modalidade de ensino, daí a importância de fazer os estudantes perceberem os lugares que os grupos sociais ocupam no meio. Com uma cultura dominante orientada pelas elites que no Brasil foram prioritariamente brancas, e uma massa que nem sempre teve acesso a educação formada principalmente por afro-descendentes.

Com esta forma de trabalho ligada a questões de interesses multiculturais, o professor ira beneficiar os valores representativos que constituem a escola. De um lado fazendo-os perceber a importância do estudo relacionado a tal perspectiva e de outro mostrado o papel da cultura negra e indígena em nossa sociedade.

Na verdade, a história da África deve proporcionar a ancestralidade aos afro-brasileiros, buscando informar de onde vieram, o que faziam, e com quem se relacionavam, e quais eram suas concepções. Ao trabalharmos tais perspectivas, podemos ampliar as leituras de mundo dos nossos alunos, discutindo a diversidade, uma vez que desde as primeiras séries do ensino fundamental é nítida a influência judaico-cristã, geralmente trabalhada como única possibilidade de concepção cosmológica de mundo (SILVA, 2007, p.144)

Nesta perspectiva, este espaço tem por intuito tratar da multiculturalidade nas séries referentes ao ensino médio regular, que é o que estamos estudando nesta pesquisa, com enfoque na disciplina de História, deixando clara a grande problemática que é tratar de multiculturalismo dentro de um sistema formado para enquadrar os educandos em uma prática cultural judaico /cristã que muitas vezes não respeita a diversidade de outros grupos étnicos.

RESULTADOS DA PESQUISA: IMPRESSÕES, CONTINUIDADES E CONSTRUÇÃO DE VALORES.

Este artigo é resultante de uma pesquisa que está em andamento, como parte das atividades desenvolvidas no projeto PROPESQ/UEPB intitulado: AFRICANIDADES E AFROBRASILIDADES NA LEI 10.639/03 – UM OLHAR PARA AS ESCOLAS QUILOMBOLAS E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB: CURRÍCULO, PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DOCENTE, neste discorreremos sobre as primeiras impressões de nossa pesquisas de campo bem como se deu aceitação e conhecimento prévio dos estudantes com relação a Lei 10639/03. Tomaremos como exemplos aqui as turmas do ensino médio no Estado da Paraíba.

Partindo do pressuposto de análise de dados relacionados ao projeto, africanidades e afrobrasileiridades na lei 10639/03, verificamos através de gráficos comparativos que nos ajudam a entender as relações existentes entre a legalidade da lei supracitada e sua aplicabilidade no cotidiano escolar das instituições de ensino regular, paraibanas e brasileiras.

Para efeito de análise tomamos como exemplo a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sólon de Lucena em Campina Grande, localizada na região central da cidade, esta servindo de suporte para exemplificar a real situação do processo de aplicabilidade da lei. Esta escola está sendo o lócus de nossa pesquisa em que no primeiro momento de nossas análises, observamos acerca da receptividade da temática na escola e o posicionamento dos alunos. .

Sabemos que a lei é algo inerente ao currículo que deve ser adotado nas escolas brasileiras tornando inclusive obrigatória a discurso interdisciplinar da história e cultura brasileira em todos os âmbitos do ensino regular no país, como podemos perceber em tal trecho *"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.(Lei 10639/03)"*.

Deste modo pelo menos no que diz respeito as diretrizes curriculares nacionais estas deveriam ser aplicadas nas diversas instituições de ensino. Mas será que realmente a lei esta sendo cumprida? E se estiver, como é que os professores estão trabalhando a mesma no contexto da sala de aula? Esses têm formação continuada e conhecimento necessários para que possam aplicar tais discussões aos seus estudantes? Estes e outros questionamentos nos fizeram adentrar ao mundo escolar para que pudéssemos perceber como estão sendo trabalhadas tais diretrizes.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando as reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, matérias, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros ou não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados.(diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, (Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2004 , p.27)

Temos também a regulamentação estadual paraibana, que segue os parâmetros propostos pela federal onde em seu artigo primeiro ela regulamenta que a mesma deverá atuar como fomentadora “*das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e da história indígena, para vigorarem no estado da Paraíba*”(SEE, 2010, p.17)

Com tais discussões podemos perceber que os debates que envolvem o ensino de história e cultura afro-brasileira permeiam as bases das “políticas afirmativas” para os negros e indígenas em nosso país. E que se constituem enquanto um esforço histórico das “entidades de luta” e os “movimentos negros”.

Ocorrendo esta concordância podemos entender o contexto de criação da lei e de sua funcionalidade no contexto escolar. Seria o modo de reconhecermos a importância igualitária de tal cultura para nossa sociedade, nos dias atuais e paralelamente servir enquanto medida paliativa sobre os sofrimentos que tais culturas tiveram historicamente no Brasil.

Nosso projeto então nasce da necessidade de darmos nossa contribuição acadêmica para a escola, passando nosso conhecimento para os estudantes do ensino básico e paralelamente tirando nossas conclusões do que ainda falta para ser concretizada a aplicação da lei. Bem como fazer análises do que podemos melhorar com relação a estes aspectos.

Na escola Estadual Sólon de Lucena pudemos realizar nossas primeiras pesquisas adentrando aos muros da instituição e com a permissão da direção da mesma realizar nossos trabalhos iniciais. Nesta, procuramos aplicar questionários que nos dessem um mapa da situação de conhecimento dos estudantes com relação a lei 10639/03, para a partir destes resultados pudéssemos traçar estratégias no intuito de tornar-los conhecedores de tal lei.

Esta escola sendo uma das mais antigas e tradicionais no âmbito da rede pública da cidade nos mostrou um potencial de aceitabilidade de nosso projeto, por vários motivos de visões futuristas sobre a educação. Sua localização estratégica no centro da cidade e a receptividade da direção da escola que se mostrou aberta ao nosso trabalho inclusive com a disponibilidade de horário para que futuramente realizemos oficinas temáticas sobre o assunto.

No entanto encontramos problemas quando partimos para a aplicação dos questionários pois foram poucos os estudantes que conheciam ao ensino de história da África e cultura afro-brasileira e indígena. Iremos perceber mais adiante os motivos pelos quais houve estes desconhecimentos. A pesquisa se dividiu em uma primeira aplicação de questionário para várias turmas de diferentes séries dentro da escola, sejam estas de ensino médio ou até mesmo ensino fundamental. Para que pudéssemos traçar um perfil geral dos estudantes bem como um que atestasse para as variantes de idade e de série escolar.

Neste trabalho iremos ver quais foram os resultados apresentados com relação ao conhecimento da lei supracitada em duas turmas de ensino médio, que teoricamente deveria ter uma visão mais profunda e crítica com relação ao assunto.

A PERCEPÇÃO E IMPRESSÕES DOS ESTUDANTES DO 1º ANO MÉDIO SOBRE A LEI 10639/03.

Turma formada por estudantes que varia de faixa etária entre os 14 aos 18 anos, esta turma do turno tarde apresentou uma clientela formada por adolescentes que estão em parte fora da faixa de ensino, mesmo assim estão frequentando o ensino regular. No dia da entrevista estavam presentes em sala 21 alunos e deste modo os questionários aplicados obedeceram a premissa da presença dos mesmos ficando de fora os que porventura faltaram ou não quiseram atender a sala. Dos que responderam o questionário 11 se declararam homens totalizando um percentual de 54% e 10 ou 46% se declararam mulher.

Os estudantes da turma são provenientes de várias comunidades de campina grande e de cidades vizinhas. Esta origem diversa também ajudar-nos a explicar aspectos a diversidade étnica é bastante grande na instituição de ensino, com 11 alunos que se declaram brancos, 2 negros, 3 indígenas 2 outros e 3 não opinaram. Percebemos deste modo que há uma predominância de brancos nesta turma sobre as demais categorias.



Fonte: (dados obtidos de questionário aplicado no 1º ano médio, em março de 2012)

Quanto questionados sobre o conhecimento da lei 10.639/03, a maioria dos entrevistados afirmaram desconhecer a lei completamente. Outros 19 estudantes alegaram desconhecer a lei. Apenas um aluno disse que já sabia através da televisão e outro não opinou, percebemos um desconhecimento profundo com relação a lei, oriundo do não repasse das informações sobre a mesma nas instâncias sociais que envolvem o mundo escolar, que é fruto de vários aspectos que pretendemos constatar futuramente em nossas pesquisas. Percebemos que este desconhecimento está relacionado diretamente ao tipo de cultura que foi posta enquanto hegemônica em nossa sociedade basta percebermos que tudo que fosse posto enquanto contrário deveria ser esquecido e apagado. Somos em categoria representativa, como afirma CHARTIER, (2002). Seres que se caracterizam de forma representativa e a cultura dominante servem diretamente como peça referencial nesta representação.

A cultura é, por um lado. A base de um potente vínculo social que nos aproxima das pessoas com quem compartilhamos as representações do mundo, os traços culturais em geral e os modos de comunicação, formando um genérico “nós cultural”. (SACRISTÁN, 2000, p. 100)

Ficam inclusive as ponderações de uma professora que não quis se identificar “se no Brasil uma lei que é mais digerível é difícil pegar, imagina uma que meche com questões que envolvem preconceito e discriminação” (M.P.F, 2012) . Percebemos que estas são as dificuldades encontradas na realidade escolar no nosso estado que precisam ser trabalhadas na escola para a promoção de uma construção social mais justa.

Agora o interessante é perceber que assuntos relacionados à cultura afro-brasileira são bem significativos ao entendimento dos estudantes 19 deles afirmaram nesta turma que conhecem ou participam diretamente de manifestações culturais que envolvem entendimento sobre a cultura afro-brasileira. Percebemos que o fato de não conhecerem a lei não os impedem de estar em contado direto com manifestações do tipo: capoeira, musicas, religiões, etc, que remetem a herança negra de nossa cultura.

Entre os estudantes 15 afirmaram que os professores não falam sobre a cultura e historia afro-brasileira em suas aulas, evidenciado uma das maiores fragilidades da lei a sua não divulgação, ou o seu não conhecimento por parte dos educadores. Tendo em vista estes aspectos, como é que podemos promover políticas públicas voltadas a educação se nem mesmo os professores conhecem tal lei ou pelo menos se negam a divulgá-la em suas instancias de trabalho? Inúmeros fatores estão envolvidos nestas questões que se são praticamente inalcançáveis se listados quanto falamos da aplicação da lei mais, isto não há tornara impossível de ser implementada. Daí nosso interesse e enquanto projeto de extensão, dar nossa contribuição a efetiva aplicação da lei.

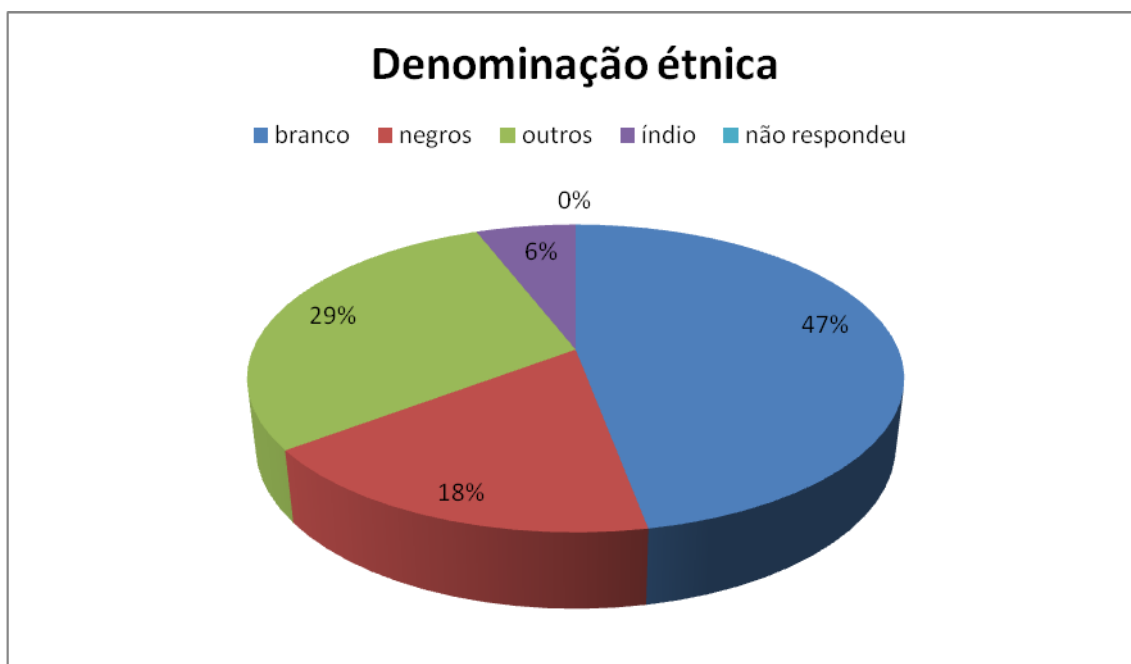
Quando questionados sobre a percepção deles sobre como o negro é representado no livro didático, atuaram de forma crítica apontando em sua maioria uma imensa presença de representações do negro enquanto ser humano inferior aos brancos, inclusive muitos se mostraram indignados por isso acontecer.

A PERCEPÇÃO E IMPRESSÕES DOS ESTUDANTES DO 2º ANO MÉDIO SOBRE A LEI 10639/03.

A segunda turma pesquisada é uma turma relativamente numerosa com cerca de 30 alunos mais devido a problemas superiores de ordem técnica o questionário foi aplicado a apenas 18 deles, deste modo buscamos traçar um perfil parcial dos estudantes matriculados em tal serie de ensino. Com uma predominância de faixa etária entre 14 e 18 anos, os estudantes se dispuseram a responder aos questionários de sondagem preliminar. 13 mulheres responderam o questionário contra 5 homens e as respostas seguiram uma linearidade.

Com relação a proveniência dos estudantes os mesmos alegaram residir em alguns bairros e sítios bem como cidades vizinhas. Alegaram uma diferenciação étnica

bem diversificada aonde 8 alegaram ser branco, 3 negros, 5 outros, 1 índio e 1 não identificou-se.

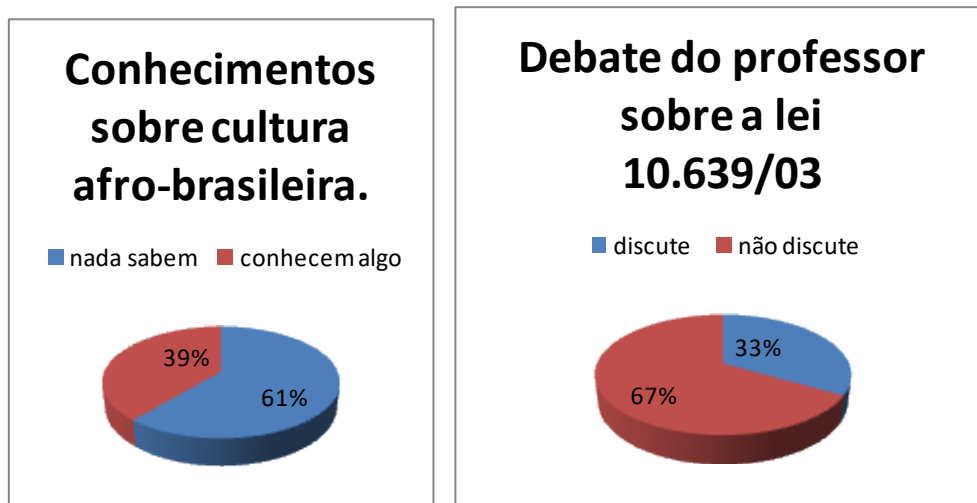


Fonte: (dados obtidos de questionário aplicado no 2º ano médio, em março de 2012)

Com relação ao conhecimento da lei 10.639/03 o que percebemos através da pesquisa foi que muitos alunos demonstraram não conhecê-la mostrando a partir deste dado que ensina-se pouco a respeito da mesma, há estes estudantes sobre tal aspecto. Dos 18 estudantes questionados sobre a lei, todos alegaram desconhecimento acerca da mesma.

Com relação ao conhecimento da cultura afro-brasileira 11 deles afirmaram que nada sabem a respeito em detrimento de sete 7 que afirmaram conhecer algo. Já com relação ao conhecimento passando pelo professor em relação a tal conteúdo 12 afirmaram que nunca foi falado este tipo de conteúdo em sala de aula enquanto 6 afirmaram que já ouviram falar nem que seja em outros ambientes ou em outras escolas. Percebemos ai uma concordância entre os dados fornecidos nas duas questões, abrindo precedentes para levantamentos de hipóteses que se sustentam na provável

inaplicabilidade da lei em sala de aula. Vejam o comparativo entre os gráficos a seguir.



Fonte: (dados obtidos de questionário aplicado no 1º ano médio, em março de 2012)

Quando indagados sobre sua percepção do negro no livro didático 15 estudantes afirmaram que não percebem diferenciação ou negatividade em relação aos mesmos e que o professor discute questões da cultura afro, quando em datas especiais como 13 de maio e o 20 de novembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao término deste trabalho nos deparamos com questionamentos que vão bem além do mero conformismo com as formas tradicionais de ensino, estamos aqui mostrando e levantando dados que obtemos nas escolas nas quais estão envolvidas com nossa pesquisa. No entanto, buscamos com este apontar possibilidades que permeiam primeiramente a tomada de consciência das dificuldades ainda existentes para implementação da lei 10639/03, e as possibilidades que poderemos aplicar em nossas vivências futuras de em sala de aula.

O tema Pluralidade Cultural oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. (PCN: pluralidade cultural, p.137)

Oferecer oportunidade aos estudantes de se valorizar enquanto pertencente ao grupo social, é algo que deve estar em nossa formação enquanto docentes, pensar a vida

e a educação como termos que devem estar unidos na vida em sociedade. É preciso que aprendamos a formar pessoas mais críticas para assim pensarmos a construção cidadão entanto um fato de ligação do ser ao mundo e assim prepará-lo para os desafios que irá encontrar. Bem como valorizar a construção multicultural e a tolerância social.

REFERÊNCIAS.

FONSECA, Selma Guimarães; COLTO, Regina Célia do. Formação de professores e ensino de História: **A perspectiva multicultural em debate** in__. Linhas críticas. Brasília- DF: 12. Vol.2006 p. 59-74.

SILVA, Helena Oliveira: Por uma História e cultura afro-brasileira e africana. **In__.Ensino de história e educação: olhares e convergências.** Ponta Grossa - PR, UEPG. 2007. P.139-151.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e Conviver na cultura global: As exigências da cidadania:** Artmed, 2000. P 99-135.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação in_. **À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietude.** Trad. RAMOS, Patrícia Chittoni : Porto Alegre - RS: ED. Universidade/UFRS, 2002. P.61-79.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: **Regulamentação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de “História e Cultura Afro-brasileira e Africana” de da “História e cultura Indígena”.** João pessoa – PB: 2010. p.18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural.** P.49.

Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília-DF: 2006. P.262.